



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
GTED/SR/PF/CE

PRINCIPAIS NORMATIVOS APLICADOS A CONTRATAÇÃO

- As normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Legislação Urbanística da cidade de Ponta Porã/MS;
- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
- Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
- Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- O prédio atual no qual está alocada a Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã é extremamente deficitário, tanto pela restrição do espaço físico disponível quanto por diversos outros problemas estruturais, já que se trata de imóvel que não foi construído visando atender às necessidades de uma delegacia.
- A alta demanda de serviço prestado por esta delegacia, localizada em um importante ponto estratégico de combate ao crime organizado, agrava ainda mais a situação de restrição do prédio.
- A circunscrição da Delegacia de Polícia Federal de Ponta Porã/MS engloba 11 (onze) municípios (Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Coronel Sapucaia, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Laguna Carapã, Paranhos, e Ponta Porã), os quais ao todo perfazem uma área de 27.642,176m². Com exceção dos municípios de Amambai, Guia Lopes da Laguna, Laguna Carapã e Jardim, todos os demais fazem fronteira com a República do Paraguai.
- Para o desempenho de todas as atividades de polícia judiciária, administrativa e ostensiva que lhe são atribuídas, dentro da aludida circunscrição, dispõe a DPF/PPA/MS de um efetivo policial do diminuto efetivo detalhado abaixo, sendo que 5% destes servidores encontram-se voltados exclusivamente para a realização de serviços unicamente administrativos, como controle de produtos químicos, vistorias em instituições financeiras, expedição de passaportes e etc.
- Outrossim, destaca-se também o número de aldeias indígenas sob a “responsabilidade” da DPF/PPA/MS (total de 40, compostas por aproximadamente 33.114 indígenas, conforme informação fornecida pela CR/Funai/PPA) muitas delas envolvidas constantemente em conflitos fundiários, o que exige dedicação exclusiva de boa parte do efetivo e impõe o acionamento esporádico de grupos policiais de outras localidades, como os membros do Grupo de Pronto Intervenção da Polícia Federal (GPI).
- Ainda, de acordo com estudo publicado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Violência Urbana da Câmara de Deputados, das 18 localidades consideradas como os principais “corredores do tráfico de armas e drogas” do país, cinco delas se encontram localizadas dentro da circunscrição da DPF/PPA/MS (Bela Vista, Ponta Porã, Coronel Sapucaia, Paranhos). Em termos práticos, isso implica constantes acionamentos de outras Delegacias e Superintendências da Polícia Federal, as quais solicitam a esta Delegacia apoio operacional quase que diariamente.
- Não por outros motivos, o Ministério Público Federal de Ponta Porã/MS impetrou Ação Civil Pública (nº 0000951-11.2014.4.03.6005), visando dobrar o efetivo desta Unidade Policial (cópia da sentença proferida segue no documento 12253810). No entanto, até a presente data não houve o trânsito em julgado da referida ação, carecendo, por conseguinte, a DPF/PPA/MS do efetivo necessário ao desempenho de todas as suas atividades de forma satisfatória.

- Em vista de tudo isso, é extremamente necessária a construção de uma nova Delegacia para atender com a máxima eficiência às demandas decorrentes de uma unidade policial de fronteira.
- Apenas para exemplificar, menciono que o atual prédio não conta com estrutura básica que permita o armazenamento seguro de objetos apreendidos, guarda de viaturas, atendimento ao público, etc.
- O quadro técnico próprio da Polícia Federal não possui servidores com expertise na área de projetos, demandando assim a necessidade de contratação de Empresa de Engenharia e Arquitetura para esta elaboração.
- A adoção da contratação de projetos em plataforma BIM (Building Information Modelling), dá-se, tanto pelo que dispõe o Decreto 9983/19, de 22 de agosto de 2019, como pela suas grandes vantagens em: - Banco de dados único; - Fácil identificação dos elementos; - Facilidade de alteração dos projetos; - Integração das etapas; isto causa uma melhor identificação do processo construtivo, gerando menos perdas em obra e diminuindo o risco de erros que venham a gerar aditivos, bem como facilitando o seu uso após a obra e dentro da manutenção predial.
- A Licitação será do tipo Técnica e Preço, visando captar no mercado empresas com expertise na elaboração do objeto, com adjudicação por preço global.
- A contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL

- O Plano Estratégico da Polícia Federal – 2010/2022, atualizado pela Portaria nº 4453/2014-DG/DPF, de 16 de maio de 2014, no item 6.2 do anexo I, prevê que a Polícia Federal deve manter as unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas, como um dos fatores críticos para o sucesso da instituição.
- Nessa linha, foi instituído pelo mesmo instrumento anterior, que um dos objetivos institucionais para otimização no emprego de bens e recursos materiais, deveria ser a adoção de ação estratégica para modernizar e manter a infraestrutura, sistematizando e implementando processos, procedimentos, técnicas e metodologias para manter toda a parte logística, inclusive as afetadas por cargos extintos ou extinção, desenvolvendo suas atribuições em perfeito funcionamento, garantindo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal.
- É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeito funcionamento, visando garantir o funcionamento correto e adequado dos equipamentos, através de manutenções preventivas e corretivas, protegendo o patrimônio da União;

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- A contratação dos serviços têm por objetivo a elaboração de Projeto Básico e Executivo da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS.
- Além da documentação necessária, conforme legislação vigente e edital, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar a seguinte documentação complementar:
- Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional devidamente registrado no CREA, feito em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem execução de serviços de projetos executivos em edificações de área mínima de 1.500m² (um mil e quinhentos metros quadrados), contendo no mesmo projeto as especialidades de: arquitetura e urbanização, estrutural, hidros sanitários, elétrico, subestação, rede, SPDA, telefônico e CFTV, todos executados na plataforma BIM (Building Information Modelling).

LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- A solução viável para contratação do serviço é através de Tomada de Preço - Técnica e Preço.
- Pretende-se contratar empresa especializada na prestação de serviços de projetos, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, que têm expertise nesse tipo de serviço com profissionais qualificados, dentro das diretrizes a serem traçadas, bem como emprego dos métodos necessários para a boa implementação dos serviços a serem contratados, cujos profissionais desenvolvem atividades extintas ou em extinção nas carreiras da Administração Pública.
- A melhor solução para a contratação dos serviços foi determinada em razão das especificidades.
- Em relação à duração dos futuros contratos, o contrato deverá ter duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.
- Em relação à singularidade do serviço, a presente contratação se configura como **serviço não comum**.

ESTIMATIVAS DE PREÇOS

O valor máximo que a Administração se propõe a pagar foi estimado com base em planilha proposta pela Caixa Econômica Federal, resultado de estudos, conforme planilha orçamentária, perfazendo o montante de **R\$ 181.985,54 (cento e oitenta e um mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos)**.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- A presente contratação visa selecionar pessoa jurídica na área de Engenharia e Arquitetura. capaz de elaborar projetos básicos e executivos, com mão de obra qualificada, além de gerenciar todo o processo para as elaboração de Projeto da Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã/MS;
- A gestão deverá ser toda da CONTRATADA, de forma a dar cumprimento ao Edital e definições do Projeto Básico, anexados ao corpo desse processo administrativo;

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, os serviços deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.
- A atribuição dos serviços em um só processo visa ter eficiência no resultado, uma vez que os projetos se inter-relacionam.

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

As edificações que abrigam repartições públicas como quaisquer outras, precisa ser pensadas para atender as necessidades, bem como ter uma manutenção e conservação de baixo custo;

Existe farta legislação a respeito desse tipo de contratação, com decisões do Tribunal de Contas da União e manifestações da Consultoria Jurídica, embasando novas contratações nessa modalidade, de forma a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos públicos e a aplicação dos programas de governo;

O contrato a ser firmado visa atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços, favorecendo o desempenho das atividades fim e meio da Polícia Federal, no âmbito do Estado do Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita firmar tal contratação, podendo assim realizar suas atividades institucionais respaldadas em condições melhores físicas e ambientais.

PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Para a execução do contrato, não há a necessidade de adequações físicas no prédio do órgão, já que a contratação visa a elaboração de projetos, e não a reforma ou ampliação de uma edificação.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Por todo o exposto, a contratação do evento não é apenas viável, mas imprescindível para um bom resultado e desempenho de uma nova edificação, que trará, além da economia na execução, com as melhores técnicas do mercado, uma adequada manutenção da saúde e bem estar dos servidores e usuários dos serviços públicos, a garantia da atuação da Polícia Federal no âmbito de suas atividades, no combate aos crimes e auxiliando a população nos serviços oferecidos, fazendo-se sempre uso da dinâmica de melhor atendimento e utilização dos recursos públicos.

Fortaleza/Ce, 12 de março de 2020

GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO
Agente de Polícia Federal
Responsável pelo GTED/SR/PF/CE

ALVANTER GRACIA MORAIS
Perito Criminal Federal
Responsável pelo GTED/SR/PF/MS



Documento assinado eletronicamente por **GLAYDSON MINEIRO AZEVEDO, Agente de Polícia Federal**, em 12/03/2020, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALVANTER GARCIA MORAIS, Perito(a) Criminal Federal**, em 12/03/2020, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14131401** e o código CRC **0C3B04FE**.